



RELATÓRIO TRIMESTRAL OGPL / 2020

AGO - OUT de 2020

OBSERVATÓRIO
DE GESTÃO PÚBLICA
DE LONDRINA

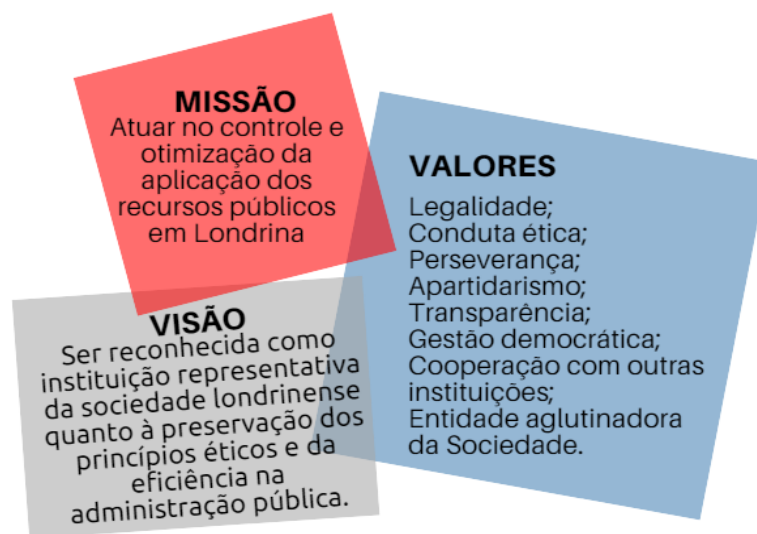


SUMÁRIO

HISTÓRICO.....	3
LICITAÇÕES MONITORADAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020.....	4
COVID 19.....	05
OUTROS ASSUNTOS.....	09
COMPLIANCE.....	09
CILON.....	09
CONSEMMA.....	09
PROGRAMA COMPRA LONDRINA.....	10
PARCEIROS E PATROCINADORES.....	13
DIRETORIA.....	14

HISTÓRICO

O Observatório de Gestão Pública de Londrina é uma instituição independente cuja principal meta é exercer o controle social dos gastos públicos. Nossa equipe é formada por profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes, todos dispostos a trabalhar voluntariamente pelo bem de nossa cidade e que, ressalta-se, não possuem quaisquer vínculos político-partidários. Em meados de 2009, alguns londrinenses começaram a organizar reuniões periódicas com o objetivo de discutir a importância do controle preventivo dos gastos públicos. Destes debates, foi idealizado o Observatório de Gestão Pública de Londrina. Sua fundação ocorreu oficialmente em 29 de setembro do mesmo ano, em assembleia realizada no auditório da Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL). Em menos de um mês de sua fundação foi inaugurada a sede da instituição, com vários profissionais voluntários, dois analistas de licitações, um auxiliar administrativo e uma estagiária do curso de contábeis. Começou assim o trabalho do Observatório em prol da correta aplicação dos recursos públicos por meio de um controle social propositivo e preventivo. A iniciativa espelhou-se no sucesso obtido pelo Observatório Social de Maringá, que também funciona como uma ferramenta concreta de monitoramento de compras públicas e de educação fiscal.



www.observatoriolondrina.org.br
www.facebook.com/observatoriodegestaopublicadelondrina

(43) 3324-1414 | (43) 9.9942-1414

ogplondrina@gmail.com

Rua Ana Neri, 300 - sala 302, Jardim Caiçaras, Londrina (PR)

LICITAÇÕES MONITORADAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020

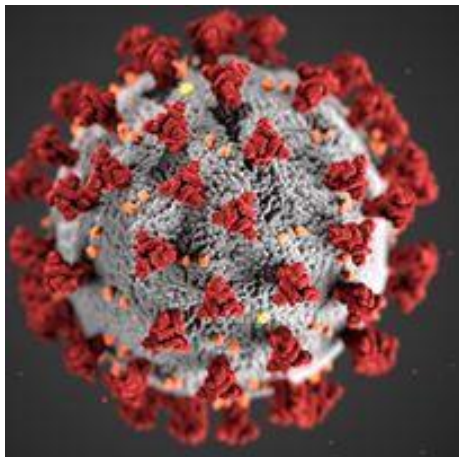
Quadro I – Licitações monitoradas

	Modalidade	Número	Objeto	Valor do certame
PREFEITURA	PD	0100/2020	Contratação de 50 (cinquenta) leitos de UTI não habilitados junto ao SUS, na modalidade adulto, a serem disponibilizados pela CONTRATADA, e que serão utilizados pelos CONTRATANTES para internamento exclusivo de usuários do SUS moradores de Londrina com quadro clínico compatível com a infecção por Coronavírus - COVID-19, suspeitos ou confirmados.	R\$ 6.080.000,00
PREFEITURA	CP	0001/2020	Alienação de vários imóveis, de propriedade do Município	R\$ 32.271.200,00
PREFEITURA	PP	0020/2020	Registro de preços de materiais hospitalares para procedimentos médicos e de enfermagem aos pacientes atendidos nas UBS	R\$ 2.100.475,36
PREFEITURA	PP	0028/2020	Aquisição com instalação e instrução de funcionamento de balança rodoviária.	R\$ 232.315,50
PREFEITURA	PP	0051/2020	Registro de preços para eventual aquisição de marmitex, lanches e coffee break.	R\$ 1.364.322,80
PREFEITURA	PP	0063/2020	Registro de Preço para eventual Aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (C.B.U.Q.) e prestação de serviços de transporte e Aplicação de C.B.U.Q., com limpeza e pintura de ligação com emulsão asfáltica RR-1C.	R\$ 21.149.000,00
PREFEITURA	PE	0064/2020	Contratação de solução Oracle® Exadata Cloud at Customer X8 Base System (10 OCPUs no modelo Créditos Universais), incluindo, Locação, Implantação, Migração de Banco de Dados, Licenciamento e Implantação do Oracle BI Publisher, Consultoria com operação assistida sob demanda para serviços especializados em Solução Oracle e Treinamento presencial personalizado para a Solução Oracle Exadata e para Ferramenta de Desenvolvimento Oracle Apex;	R\$ 5.015.357,83
PREFEITURA	PP	0075/2020	Registro de Preços para a eventual aquisição de material de limpeza e higiene pessoal.	R\$ 3.223.121,31
PREFEITURA	PE	0127/2020	Contratação por registro de preço de serviços de marcenaria para confecção de móveis em MDF por m², com fornecimento do projeto e instalação para as unidades em reforma e ampliação	R\$ 3.404.000,00
PREFEITURA	PE	0185/2020	Registro de Preço para eventual aquisição de Cestas Básicas, como medida de enfrentamento decorrente do COVID-19 com base na Lei 13.979/2020.	R\$ 8.578.574,00
TOTAL R\$ 83.418.366,80				

Legenda: **PE** - Pregão Eletrônico, **PP** - Pregão Presencial, **CP** - Concorrência Pública, **TP** - Tomada de Preço e **CC** - Carta Convite.

O Observatório de Gestão Pública de Londrina monitorou R\$ 83.418.366,80 em licitações da administração pública municipal direta e indireta, incluindo a PML – Prefeitura Municipal de Londrina, CMTU – Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização, COHAB – Companhia de Habitação, e CML – Câmara Municipal de Londrina.

COVID 19



A entidade iniciou um trabalho de análise das compras e contratações feitas pelo Município desde o início da situação de emergência provocada pela Covid-19, bem como acerca das medidas aprovadas pelo Legislativo.

A equipe do OGPL elaborou um relatório sobre as dispensas de licitação para aquisição de produtos e serviços utilizados em ações para combate da COVID-19. A análise foi feita no período de 19 de março a 27

de abril, durante o vigor do Decreto Municipal nº 346/2020, relativo à quarentena.

Foram realizadas 43 dispensas neste período. Em 12 delas não foi possível obter o valor despendido, visto que o site da Prefeitura Municipal de Londrina informa que “não foi encontrada nenhuma licitação publicada com estas informações. Por gentileza verifique se já houve publicação.” As demais 31 dispensas totalizaram o valor de R\$ 4.261.532,53.

Diante da falta de informação, o OGPL questionou o município sobre os dados relativos às dispensas. “Nosso objetivo é analisar todos os processos para saber as justificativas e se atendem demandas relacionadas à pandemia. Se encontrarmos incongruências vamos oficiar”, afirmou o advogado do Observatório, Gabriel Barioni. Ele aponta que também serão analisados os preços praticados, pois, mesmo com a dispensa, é preciso fazer pelo menos três orçamentos no caso de produtos e serviços que tenham mais de um fornecedor no mercado.

Outros dois ofícios relativos ao combate da pandemia da Covid-19 foram enviados a órgãos públicos de Londrina: À Secretaria Municipal de Saúde, o OGPL encaminhou ofício questionando sobre a estrutura que o município oferece para tratamento de pacientes com a COVID-19, o que inclui UTIs e respiradores disponíveis, condições de isolamento das UTIs, dados sobre UTIs de hospitais públicos e privados e dados relativos a pacientes da região metropolitana, com objetivo de saber se Londrina tem capacidade

de prestar atendimento a toda esta população. “Queremos saber também se a cidade está capacitada para agir de forma conjunta com outros municípios”, pontuou Gabriel Barioni, advogado da entidade.

À Secretaria de Assistência Social, o OGPL encaminhou ofício pedindo informações sobre a estrutura de atendimento do Centro Pop - que recebe pessoas em situação de rua - durante a pandemia. A entidade quer saber quantas pessoas são atendidas no Centro Pop, qual o tipo de atendimento prestado (foi pedido que discriminassem as ações realizadas), se a limpeza tem sido feita de forma adequada, quantos servidores públicos estão disponíveis e as medidas adotadas para proteger a saúde dos mesmos.

O Observatório encaminhou ao prefeito Marcelo Belinati algumas recomendações para garantia de transparência em relação às medidas para combater a pandemia da Covid-19. O documento tem base na Lei de Acesso à Informação, na Lei de Licitações, na cartilha “Recomendações para transparência de contratações emergenciais em resposta à Covid-19”, elaborada por Transparência Internacional e Tribunal de Contas da União (TCU) e, ainda, na especificidade dos procedimentos estabelecidos pela administração municipal e monitoramento praticado pelo OGPL.

O ofício tem objetivo de contribuir com as ações do município. No documento, a entidade destaca que considerou os avanços obtidos pela administração municipal na área e os esforços dos setores competentes em manter a lisura dos procedimentos de licitação em momento com tantas demandas emergenciais.

Com base neste debate, o OGPL sugere:

1. Disponibilizar os valores recebido da União e Estado bem como os recursos próprios destinados ao COVID-19;
2. Em cada licitação já dividir o processo de acordo com a origem dos recursos, se federal, estadual ou municipal, sendo que se for utilizada mais de uma fonte classificar na maior e fazer menção na outra;
3. Indicar a quantidade de produtos/serviços adquiridos;
4. Indicar para onde foram destinados esses produtos/serviços adquiridos.

As solicitações acima não retiram a necessidade de publicar o que já está disposto na plataforma. O OGPL observou que o município já cumpre diversas orientações destacadas na cartilha da Transparência Internacional, tais como sítio próprio, legislações sobre o tema. Defende, entretanto, que é possível avançar em pontos como a criação de comissão de transparência e controle social, com representantes do poder público, sociedade civil e academia.

A secretaria municipal de Gestão Pública respondeu ao ofício do OGPL que questionava sobre onde encontrar informações relativas a algumas dispensas de licitações para aquisição de produtos e serviços usados no combate à pandemia de Covid-19. A prefeitura respondeu ao OGPL que o acesso não foi possível por se tratarem de licitações referentes ao Fundo de Urbanização de Londrina - FUL, cujo gerenciamento se dá pela CMTU, razão pela qual as informações referentes ao processo estariam disponíveis no site da própria companhia.

Como o município criou um hot site exclusivo para divulgar as ações referentes ao controle da pandemia da Covid-19, o Observatório vai oficializar novamente a prefeitura, solicitando que todas as informações referentes às aquisições para controle da doença, independentemente dos órgãos ou entes responsáveis, sejam disponibilizadas no portal exclusivo da Covid-19. Os documentos serão enviados também à comissão da Câmara Municipal de Londrina que acompanha os gastos relativos à Covid-19.

O Observatório continua acompanhando o tema e fará a cobrança urgente das respostas a ofício enviado à Secretaria Municipal de Saúde no início de maio. Na ocasião, foi perguntado sobre a estrutura que o município oferece para tratamento de pacientes com a COVID-19, o que inclui UTIs e respiradores disponíveis, condições de isolamento das UTIs, dados sobre UTIs de hospitais públicos e privados e dados relativos a pacientes da região metropolitana, com objetivo de saber se Londrina tem capacidade de prestar atendimento a toda esta população. O Observatório também está analisando os investimentos feitos pelo município em leitos de UTI na rede hospitalar privada.

O OGPL continua acompanhando as compras relativas ao combate à Covid-19.

O OGPL sugeriu adequação do edital para aquisição de máscaras cirúrgicas, no valor de R\$ 5,4 milhões. Mesmo diante da flexibilização das regras para compras desse tipo de material por causa da urgência imposta pela pandemia, o Observatório considera importante que o edital contenha determinações previstas na lei, como: Apresentação de laudo técnico pelo fabricante ou importador do produto, que comprove o preenchimento de todos os requisitos elencados no Art. 5º da RDC 379/2020, de forma a obedecer, obrigatoriamente, aos requisitos estabelecidos nas normas técnicas: ABNT NBR 15052:2004 e ABNT NBR 14873:2002; Elaboração de descritivo do produto com as especificidades definidas em conformidade às normas expressas no Art. 5º da RDC 379/2020; Preferência por aquisição de máscaras devidamente regularizadas pela ANVISA.

Representantes do Conselho Municipal de Saúde Oeste (Consaúde) e do Conselho Municipal de Transparência participaram de reunião do OGPL para contribuir com os debates a respeito dos investimentos públicos para combate à epidemia da Covid 19.

O Observatório está acompanhando temas como as dispensas de licitação para aquisição de materiais, contratação de leitos de UTI na rede privada e a destinação dos investimentos estaduais e federais.

Além dos temas já questionados pelo OGPL, os representantes dos conselhos levantaram questões como a regulação dos leitos de UTI da cidade, que estariam disponíveis para toda a região, e a falta de informações sobre os casos da Covid-19 em tempo real. O Consaúde se colocou à disposição para ajudar o Observatório em questões técnicas relativas aos questionamentos.

Trâmite: O OGPL está monitorando o contrato de UTIs da rede particular de Londrina para uso do município no tratamento de pacientes de Covid-19.

OUTROS ASSUNTOS



COMPLIANCE

A advogada e voluntária da entidade, Fernanda Moreli, que atua na área de Compliance e também é secretária de comunicação do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social, falou sobre como funciona o programa para a equipe da entidade em reunião do OGPL. Então, apresentou uma proposta de implantar um programa de Compliance no Observatório. Você sabe o que é um programa de Compliance? É um mecanismo de gestão de riscos cuja finalidade é promover ética, transparência e integridade dentro de organizações públicas, privadas ou do terceiro setor.

Saiba mais: <http://observatoriolondrina.org.br/noticias/destaque/ogpl-vai-desenvolver-programa-de-compliance/>

CILON

A equipe do Observatório está acompanhando a licitação para contratar a empresa que fará o serviço de urbanização da Cidade Industrial de Londrina (CILON). O contrato, no valor de R\$ 31 milhões, deve incluir serviços como rede elétrica e de esgoto, entre outras necessidades. Dez empresas apresentaram documentação. O processo está em fase de habilitação.

Trâmite: A equipe do OGPL visitou o terreno acompanhando do Engenheiro Renato Alves e do Diretor Técnico e de Desenvolvimento da CODEL Atacy de Melo Junior. A entidade pretende acompanhar a eventual doação de terrenos.

CONSEMMA

Uma denúncia sobre a participação de consultores ambientais no Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA) foi tema de reunião. A questão foi trazida pelo Ademir

Campoli, que apontou possível conflito de interesses na participação destes profissionais junto ao órgão, visto que eles poderiam usar o título de conselheiro para fins comerciais. A prática seria supostamente proibida pela Lei Orgânica do Município, porém, tal regra não estaria sendo respeitada. Já foram feitos pedidos de informação e reclamações formais sobre o tema, mas ainda não houve respostas.

Trâmite: O OGPL recebeu o presidente atual do CONSEMA para esclarecer tais dúvidas e encaminhou Ofício com pedido de informações ao próprio CONSEMA e ao MP.

PROGRAMA COMPRA LONDRINA

O programa Compra Londrina visa incentivar e capacitar as empresas da cidade para aumentar a participação das mesmas nos processos de compras públicas. A gestão é realizada pela Prefeitura de Londrina, SEBRAE, Acil e Observatório.

Em 2018 as empresas londrinenses ganharam R\$ 79 milhões em licitações devido ao Compra Londrina, o que representa 40% dos contratos. Em 2017, as empresas locais haviam ficado com apenas 16% dos recursos e este número vem crescendo ano a ano.

O Programa Compra Londrina é apoiado pelo Observatório de Gestão Pública de Londrina desde a sua criação. Resultado desse apoio foi o Decreto Municipal 753/17 que beneficia as empresas de Londrina nas concorrências públicas, visando que o recurso público permaneça no município.

Por intermédio do Programa Compra Londrina, o Observatório busca auxiliar na construção do edital da licitação acessível para todas as empresas, no sentido de garantir a concorrência e a boa qualidade na compra pública.

O Observatório procura participar das reuniões e atividades do programa. No dia 18 de fevereiro, a Diretora de Relações Institucionais e a Assessoria Jurídica do Observatório participaram do lançamento do Calendário de Oportunidades em negócios com a Prefeitura no ano de 2020, o evento aconteceu no



gabinete do Prefeito. O Calendário anual de Compras Londrina contempla os procedimentos licitatórios para aquisição/contratação de objetos comuns que serão iniciados pela diretoria de Licitações e Contratos.

www.compralondrina.com.br

www.facebook.com/CompraLondrina

Telefone: (43) 3372-4606



PARCEIROS E PATROCINADORES

Parceiros



O Observatório de Gestão Pública de Londrina agradece a todos os parceiros que nos apoiam nessa jornada de Cidadania.

DIRETORIA

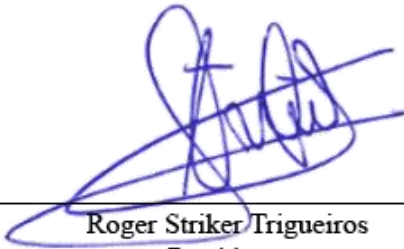
Presidente Roger Striker Trigueiros	Vice-Presidente Rafael Carvalho Neves dos Santos
Diretor Administrativo-Financeiro Emerson Rogerio Rodrigues	Vice-Diretor Administrativo-Financeiro Waldomiro Carvalho Grade
Diretor de Controle Social Leandro Vieira Silva Matos	Vice-Diretor de Controle Social João Delfino Resende Pádua
Diretora de Relações Institucionais Ana Paula dos Santos	Vice-Diretor de Relações Institucionais José Albino de Oliveira Branco

CONSELHO FISCAL

Vera Lucia Tieko Suguihiro
Viviane Marques de Mendonça Dmitruk
Simone Damazio Pilatto
Mariane Silva Oliveira - Suplente
Ivair Godeny Acrane - Suplente

EQUIPE

Coordenação Administrativa	Rosane Fiori
Assessoria Jurídica	Gabriel Barioni de Alcantara e Silva
Assessoria de Comunicação	Carolina de Faria Avansini


 Roger Striker Trigueiros
 Presidente